

Ofício 15.389/2025

De: Rodrigo S. - GP

Para: Bruno Henrique Silva de Oliveira

Data: 02/12/2025 às 10:03:53

Setores envolvidos:

GP

Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor

Bruno Lambreta Henrique Silva de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que *"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, coma CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com ou sem a Garantia da União, e dá outras providências."*

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores.

Atenciosamente,

—

Rodrigo Anselmo Pinheiro Dos Santos

Prefeito de Caruaru

Anexos:

1_FINISA.pdf

2_FINISA.pdf

3_finisa.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Rodrigo Anselmo Pinheiro D...	02/12/2025 10:06:15	ICP-Brasil RODRIGO ANSELMO PINHEIRO DOS SANTOS CPF 039....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **E66E-AAE2-10D3-D4DD**

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 074/2025

Excelentíssimos,
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências.”*

A Constituição Federal, em seu art. 182, preconiza ser dever do Poder Público municipal fazer valer a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem estar da população circunscrita em seu território.

O investimento na modernização dos sistemas tecnológicos e de informática da administração pública municipal de Caruaru, além de outras despesas de capital, representa uma ação governamental que traz inúmeros benefícios para a população. Esses novos investimentos criam um ambiente favorável à atração de empresas, à geração de empregos e, conseqüentemente, ao aumento da receita do município.

Neste contexto, o (FINISA Transformação Digital), oriundo de empréstimo realizado por meio da Caixa Econômica Federal, se justifica pela necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica e cadastral da URB, essencial para aprimorar a gestão urbana de Caruaru, especialmente após a incorporação do Cadastro Imobiliário Municipal, determinada pela Lei nº 7.341/2025. O diagnóstico institucional revelou a necessidade de atualizar a base cadastral, georreferenciar aproximadamente 226.700 imóveis e revisar a Planta Genérica de Valores, que se encontra desatualizada desde 2009.

Além disso, torna-se imprescindível implantar um Sistema de Informação Geográfica (SIG Web) capaz de integrar dados territoriais e aprimorar o planejamento urbano, ambiental e fiscal. O investimento em servidores, rede exclusiva, equipamentos de geoprocessamento e licenças especializadas permitirá consolidar um Cadastro Multifinalitário, ampliar a eficiência administrativa, fortalecer a arrecadação e posicionar Caruaru como referência regional em gestão territorial moderna e sustentável.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa.

RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:039574724
40

Assinado de forma digital
por RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:03957472440
Dados: 2025.12.02
10:02:10 -03'00'

RODRIGO PINHEIRO
Prefeito



ANEXO I
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Arts. 16 e 17 da LRF)

Folha 1 / 3

Fls. Processo


1.	TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL		
<input checked="" type="checkbox"/>	Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (art. 16)		
<input checked="" type="checkbox"/>	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo (art. 17)		
2.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL		
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.			
3.	CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO CORRENTE		
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	
	FINISA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL 2025		
VALOR TOTAL (R\$)		R\$	-

4.	PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO			
		VALOR (R\$)		
MÊS	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027	
JANEIRO	R\$ -	R\$ 161.634,90	R\$ 416.666,67	
FEVEREIRO	R\$ -	R\$ 147.579,69	R\$ 416.666,67	
MARÇO	R\$ -	R\$ 133.524,48	R\$ 416.666,67	
ABRIL	R\$ -	R\$ 154.607,30	R\$ 416.666,67	
MAIO	R\$ -	R\$ 154.607,30	R\$ 416.666,67	
JUNHO	R\$ -	R\$ 147.579,69	R\$ 416.666,67	
JULHO	R\$ -	R\$ 154.607,30	R\$ 416.666,67	
AGOSTO	R\$ -	R\$ 154.607,30	R\$ 416.666,67	
SETEMBRO	R\$ -	R\$ 147.579,69	R\$ 416.666,67	
OUTUBRO	R\$ -	R\$ 154.607,30	R\$ 416.666,67	
NOVEMBRO	R\$ -	R\$ 147.579,69	R\$ 416.666,67	
DEZEMBRO	R\$ -	R\$ 147.579,69	R\$ 416.666,67	
VALOR TOTAL (R\$)	R\$ -	R\$ 1.806.094,33	R\$ 5.000.000,04	

5.	FONTE DE RECURSO
<input checked="" type="checkbox"/>	RECURSOS PRÓPRIOS
<input type="checkbox"/>	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<input type="checkbox"/>	OPERAÇÃO DE CRÉDITO
<input type="checkbox"/>	RECURSOS DE CONVÊNIO
<input type="checkbox"/>	FUNDEB

6.	COMPENSAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ÍNDICE DE PESSOAL E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	
Atenção: Este quadro deverá ser preenchido sempre que ocorrer a criação ou o aumento de despesa não prevista na LOA 2023 decorrente de Lei ou ato administrativo normativo (art. 17) <u>ou</u> de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (art. 16) <u>e</u> para verificação do índice de pessoal quando se tratar da correspondente despesa.		
<input type="checkbox"/>	À compensação dos efeitos financeiros da despesa criada / aumentada mediante	<input checked="" type="checkbox"/> redução da despesa prevista na LOA 2025
	conforme proposição anexa <u>ou</u> <input checked="" type="checkbox"/> aumento da receita	<input type="checkbox"/> utilização de recurso decorrente
	de superávit / saldo financeiro, disponível no balanço orçamentário na Prestação de Contas, conforme demonstrado às fls. ____;	
<input checked="" type="checkbox"/>	Informo que a despesa criada / aumentada ultrapassa o exercício financeiro de 2025 , devendo a mesma ser consignada na(s) LOA do(s) exercício(s) seguinte(s).	
Assinatura digital do titular da UO requisitante		

Assinado por 1 pessoa: ANNE KATARINE SILVA DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/4B50-A15B-0CCF-78AD> e informe o código 4B50-A15B-0CCF-78AD

	<div>ANEXO II</div> <div>MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO</div>	<div>Folha 2 / 3</div> <div>Fls. Processo</div>	
1.	FINALIDADE		
A FINALIDADE DO PRESENTE PROJETO DE LEI É OBTER AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO DESTINADA A FINANCIAR A MODERNIZAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) DO MUNICÍPIO, INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DO METRO QUADRADO DE TERRENOS E CONSTRUÇÕES, BASE DE CÁLCULO DO IPTU E OUTROS TRIBUTOS. A INICIATIVA VISA APRIMORAR A GESTÃO FISCAL E URBANA, GARANTINDO A JUSTA COBRANÇA DE IMPOSTOS, A CORREÇÃO DE DISTORÇÕES E A ADEQUAÇÃO DOS VALORES VENDAS À REALIDADE MUNICIPAL.			
2.	JUSTIFICATIVA		
A ATUALIZAÇÃO DA PGV JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE APRIMORAR OS INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO, UMA VEZ QUE UMA PLANTA DESATUALIZADA PREJUDICA A JUSTIÇA FISCAL, COMPROMETE A ARRECADAÇÃO E DIFICULTA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES. O INVESTIMENTO PERMITIRÁ A OBTENÇÃO DE DADOS TÉCNICOS PRECISOS, QUE REFLETEM CRITÉRIOS COMO LOCALIZAÇÃO, ZONEAMENTO E INFRAESTRUTURA, RESULTANDO EM MAIOR TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE E EFICIÊNCIA NO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. TRATA-SE DE MEDIDA ESTRATÉGICA PARA FORTALECER A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E O PLANEJAMENTO URBANO DE CARUARU.			
3.	IMPACTO SOBRE AS RECEITAS CORRENTES PREVISTA		
	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027
AUMENTO DA DESPESA	R\$ -	R\$ 1.806.094,33	R\$ 5.000.000,04
RECEITA CORRENTE PROJETADA	R\$ 1.212.477.000,00	R\$ 1.224.854.000,00	R\$ 1.237.357.000,00
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À RCL	0,00%	0,15%	0,40%
4.	IMPACTO SOBRE A DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA PREVISTA		
	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027
AUMENTO DA DESPESA	R\$ -	R\$ 1.806.094,33	R\$ 5.000.000,04
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	R\$ 77.994.000,00	R\$ 39.056.000,00	R\$ 34.628.000,00
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À DCL	0,00%	4,62%	14,44%
5.	OBSERVAÇÕES DIVERSAS		
REGISTRA-SE QUE AS DESPESAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO SÃO COMPATÍVEIS COM A SITUAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO E ENCONTRAM LASTRO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, RESPEITANDO OS LIMITES E DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MEDIDA PRESERVA A SAÚDE DAS CONTAS PÚBLICAS E PROPORCIONA A EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES ALINHADOS ÀS PRIORIDADES MUNICIPAIS.			
<div>Assinatura digital do Secretário(a) da SEFAZ</div>			

Assinado por 1 pessoa: ANNE KATARINE SILVA DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/4B50-A15B-0CCF-78AD> e informe o código 4B50-A15B-0CCF-78AD



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS
(Art. 16, II da LRF)

Folha 3 / 3

Fls. Processo

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Declaro, para os fins dispostos no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Em ____/____/____

Assinatura digital do ordenador de despesas requisitante

Assinado por 1 pessoa: ANNE KATARINE SILVA DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/4B50-A15B-0CCF-78AD> e informe o código 4B50-A15B-0CCF-78AD



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4B50-A15B-0CCF-78AD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANNE KATARINE SILVA DE ARAUJO (CPF 061.XXX.XXX-89) em 26/11/2025 12:46:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/4B50-A15B-0CCF-78AD>



PROJETO DE LEI Nº _____/2025.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com ou sem a Garantia da União, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte,

PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no âmbito do Programa FINISA– Financiamento para Infraestrutura e Saneamento, no município de Caruaru, destinado a investimentos na modernização dos sistemas tecnológicos e de informática da administração pública municipal de Caruaru, além de outras despesas de capital. Observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser contratada com ou sem garantia da União.

§1º Caso a operação de crédito de que trata essa Lei seja contratada com garantia da União, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

§ 2º Caso a operação de crédito de que trata esta Lei seja contratada sem garantia da União, para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem o artigo 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, nos termos da ressalva apresentada pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los bem como outras garantias admitidas em direito.



Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o(a) Chefe do Poder Executivo autorizado(a) a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jaime Nejam, 02 de dezembro de 2025; 204º da Independência; 137º da República.

RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:039574724
40

Assinado de forma digital
por RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:03957472440
Dados: 2025.12.02
10:02:39 -03'00'

RODRIGO PINHEIRO
Prefeito